

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
<p>Associação de Portuguesa dos Profissionais da Imagem (APP Imagem)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Hélder Couto (Presidente)</li> <li>➤ Sérgio Moreira (Secretário da Direção)</li> <li>➤ José Maia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Bruno Dias (Vice-Presidente)</li> <li>➤ Cristina Mendes Silva (PS)</li> <li>➤ Sofia Matos (PSD)</li> <li>➤ Isabel Pires (BE)</li> <li>➤ João Gonçalves Pereira (CDS-PP)</li> <li>➤ Filipe Pacheco (PS)</li> <li>➤ Jorge Salgueiro Mendes (PSD)</li> </ul>	<p>22 de dezembro de 2020</p> <p><a href="#">Gravada</a></p>	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Os representantes da APP Imagem enquadraram o setor, que regista 2.500 associados e contribui economicamente com 2% do PIB. Referiu que 30% dos casamentos estão associados a estrangeiros e que totalizavam um volume de negócios na ordem dos 4 mil milhões de euros.</li> <li>➤ Referiram que metade dos seus associados já deixaram de exercer a profissão.</li> <li>➤ Pretenderam apresentar a atual situação do setor decorrente do encerramento temporário da atividade associada à pandemia COVID-19, que ocorre há cerca de 1 ano.</li> <li>➤ Explicaram que desejam retomar a sua atividade, desenvolvendo um protocolo de condições sanitárias que garante a realização dos eventos em segurança.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Deputada Cristina Mendes Silva (PS) – agradeceu a presença da delegação da APP Imagem, destacou a importância do setor e o seu impacto na atividade económica. Observou que a relevância da atividade na atração de estrangeiros, no contributo para o turismo e deu o exemplo dos imigrantes que em período de férias se deslocam a Portugal para realizar eventos familiares. Mencionou os apoios disponíveis para o setor e que podem ser acedidos.</li> <li>➤ Deputada Sofia Matos (PSD) – após cumprimentar a delegação da APP Imagem, agradeceu a exposição, bem como demonstrou solidariedade com os profissionais do setor. Evidenciou preocupação com a forma como os apoios estão a ser disponibilizados para o setor, em particular com critérios de atribuição e com a capacidade de execução em tempo útil. Enalteceu a proposta construtiva de desenvolvimento de um protocolo de condições sanitárias que garante a realização dos eventos em segurança. Por fim, afirmou que o GP PSD terá oportunidade de apresentar soluções adequadas.</li> </ul>		

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Referiram que o protocolo de condições sanitárias que garante a realização dos eventos em segurança deve assentar na ausência de infeção e na imunidade adquirida.</li><li>➤ Salientaram que não vêm reivindicar subsídios para o setor.</li><li>➤ Abordaram que no atual contexto de pandemia, registando-se o risco de sucessivas vagas de contágio, ocorre a possibilidade de a atividade do setor parar em 2021 e comprometer 2022. Explicaram que a indústria dos eventos está fundamentada em expectativas e desenvolve-se através de um planeamento de longo prazo.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Deputada Isabel Pires (BE) – cumprimentou a delegação, agradeceu a exposição e destacou a relevância em compreender o ponto de situação de cada setor decorrente da pandemia COVID-19. Questionou se os profissionais do setor tiveram contatos com as autoridades de saúde, se apresentaram ao Governo a proposta de protocolo de condições sanitárias que garante a realização dos eventos em segurança e como tem decorrido o acesso aos apoios disponibilizados.</li><li>➤ Deputado Bruno Dias (PCP) – agradeceu a presença da delegação da APP Imagem, saudou a abordagem tendente à retoma do setor. Destacou que não basta apoiar os setores de atividade decorrente da pandemia COVID-19, mas desmistificar a ideia de proibir a atividade económica. Salientou que todos nós devemos adaptar as nossas vidas ao contexto sanitário, nomeadamente desenvolver as condições para trabalhar em segurança. Notou se os representantes pretendem fazer chegar documentação à Comissão. Afirmou que as medidas de apoio ao setor são aplicadas do ponto de vista técnico e não político.</li><li>➤ Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) – cumprimentou a associação e os seus órgãos sociais, iniciou a intervenção salientando a necessidade de observar as dinâmicas e especificidades de cada setor de atividade associados aos impactos económicos e financeiros originados pela pandemia COVID-19, o que também se aplica às diversas regiões do país. Considerou que os apoios a atribuir pelo Estado às empresas devem ser em grande medida a fundo perdido. Questionou se as medidas propostas, pela APP Imagem, de retoma à atividade do setor foram apresentadas ao Governo e se foi demonstrada disponibilidade para a sua implementação.</li></ul>
--	---

### O que pretendem ver regulamentado

- Pretendem a regulamentação de um protocolo sanitária aplicável à realização de eventos que possibilite a retoma da atividade do setor.

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### Respostas às questões dos Deputados:

- Agradeceram as palavras de apoio, designadamente acerca da necessidade de retoma da atividade do setor, contudo afirmaram que falta agir.
- Referiram que apresentaram um plano de abertura dos estúdios fotográficos à Direção Geral da Saúde (DGS), porém não obtiveram resposta.
- Consideram fundamental a concretização de um protocolo de segurança com a DGS para a materialização da retoma da atividade do setor.
- Destacaram que não precisam do acesso à obtenção de empréstimos, por que tal implica posteriores pagamentos de juros e amortização de dívida.
- Explicaram ser incomportável recorrer a crédito sem volume de negócios, bem como contribuirá para a falência a curto e médio prazo das empresas do setor.
- Sublinharam que o setor se baseia na previsão da concretização das expectativas dos clientes, o que consiste na receção de valores antecipados como boa garantia de execução de eventos, tal implica o processamento de faturas e a liquidação de IVA antes da realização dos eventos. Com a imprevisibilidade da materialização dos eventos, nomeadamente no decurso do próximo ano, as empresas do setor vão ser obrigadas a devolver as verbas previamente recebidas aos clientes, mas não têm hipótese de reaver os montantes liquidados à Autoridade Tributária. Face ao exposto, solicitaram a possibilidade de reaver o IVA liquidado em caso de impossibilidade da materialização dos eventos.

Deputado Pedro Coimbra

Vice-Presidente da Comissão